ANASPS

Jornal ANASPS

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

INFORMATIVO MENSAL ANO 3 - NÚMERO 15 MAIO / JUNHO '95

Justiça manda o Governo pagar Quintos aos nossos associados

*A 4a. Vara da Justiça Federal, em Brasília, concedeu liminar aos advogados da **Anasps** obrigando o Governo Federal a pagar os quintos aos servidores da Previdência Social, associados à nossa entidade, que tiveram essa remuneração interrompida em razão da Medida Provisória Nº 831. Esta determinação governamental assim que ficou estabelecida oficialmente, foi identificada pela nossa Assessoria Jurídica como prejudicial aos servidores e, assim, imediatamente, entramos com uma ação na justiça afim de impedir essa lesão aos direitos dos associados. Mesmo satisfeitos com esta vitória, continuaremos permanentemente atentos a fim de obter sucesso na decisão definitiva, quando do julgamento do mérito da questão.*

Pág.8

Reforma do Estado ameaça servidores

*A reforma do Estado, pretendida pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, especialmente no que se refere à Previdência Social e, de maneira geral, à Administração Pública, atinge em cheio os servidores. A situação é preocupante e, em razão disso, a **Anasps** está preparando um conjunto de propostas que será defendido por nossa Assessoria Parlamentar dentro do Congresso Nacional. Outras entidades estão ao nosso lado. Mesmo assim, o que está ocorrendo é um verdadeiro terrorismo contra o funcionalismo público. Todo dia aparece novidade ruim para o nosso lado.*

Pág.3

Vales transporte e alimentação em debate no Ministério

Pág.4

Bresser investe agora contra o horário corrido nas repartições

Pág.6

Mais de 3 mil servidores ingressaram na *Anasps* em apenas trinta dias

*Num gesto inequívoco de aprovação à atuação da **Anasps**, entre os meses de maio e junho deste ano, nosso quadro recebeu mais 3.771 associados. Esta decisão da categoria nos dá ainda mais responsabilidade e reflete o trabalho da Diretoria e dos representantes regionais.*

Pág. 4

Já são treze as ações judiciais na defesa de interesse dos associados da *Anasps*

Pág.5

OPINIÃO

Somar é preciso

Os servidores públicos federais, civis e militares, diante do noticiário da imprensa, estão na expectativa de que o segundo semestre deste ano poderá trazer graves problemas para o quotidiano de suas vidas.

Além das rotineiras dificuldades decorrentes da baixa remuneração, que atinge boa parte desses servidores, as propostas de emenda constitucional sobre Administração Pública e Previdência Social, cuja discussão ocorrerá a partir de agosto, poderão sombrear ainda mais a existência da classe.

Mudanças na aposentadoria, na estabilidade, na isonomia salarial entre Poderes e entre servidores ativos e aposentados, redução de direitos etc, dentre tantos outros, são desafios que teremos de enfrentar necessariamente nessa próxima etapa, dependendo os resultados de nossa capacidade de aglutinação e de união em torno de objetivos comuns.

As entidades de servidores, sejam elas associações ou sindicatos, muitas das vezes têm formas de atuação e pleitos específicos, o que nem sempre favorece uma aproximação maior entre elas.

Entretanto, o "inimigo comum", capaz de destruir ou reduzir conquistas arduamente obtidas, deve levar todos nós a superar eventuais divergências e nos unirmos solidamente na luta em defesa daquilo que constitui a essência do Serviço Público e que precisa ser preservado a qualquer custo.

O enfraquecimento dos servidores é a forma mais tranquila de fragilizar o Estado e, por consequência, inviabilizar as importantes lutas sociais contra a miséria, a fome, o analfabetismo, a má distribuição da renda entre pessoas e regiões e tantas outras que buscam estabelecer entre nós a verdadeira cidadania, maior objetivo nacional.

Dividir, nessa hora, é submeter-se às imposições dos poderosos do dia; é, praticamente, admitir a derrota, perder sem luta direitos conquistados ao longo de tantos anos.

Somar é preciso!

EXPEDIENTE

Jornal da ANASPS - Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social SBN - Ed.Paulo Maurício - 6º andar - S/604-608 - Telefone/Fax: (061) 321.2154 Brasília/DF - CEP 700040-904.

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo César de Souza (SC)

Vice-Presidência de Política de Classe: Verônica Maria Monteiro da Rocha. **Vice-Presidência de Aposentados e Pensionistas:** José Mário Teperino. **Vice-Presidência de Planejamento, Orçamento e Finanças**: Francisco Chagas Rayol. **Vice-Presidência de Administração e Patrimônio:** Elienai Ramos Coelho. **Vice-Presidência de Comunicação Social:** José Júlio Martins de Queirós. **Vice-Presidência de Relações Parlamentares:** Luiz Augusto do Espírito Santo. **Vice-Presidência de Assuntos Jurídicos:** Alexandre Barreto Lisboa. **Vice-Presidência de Serviços Assistenciais:** José Luiz Francisco. **Vice-Presidência de Desenvolvimento Cultural e Recreativo:** Joaquim José de Carvalho. (Mandato: 02/1995 a 02/1997)

Editado pela Texto & Cia. - Consultoria em Comunicação

SCS - Edifício Goiás - Sala 118 - Fone(061) 322.1675 - Fax:(061) 322.1408- CEP 70317-900 - Brasília-DF. **Editor:** Luís Joca **-Redator:** Luís Eduardo Costa. **Editoração eletrônica:** Laboratório do Papel - SCS - Edifício Planalto, loja 8, Fone (061) 322.7991, Fax (061)322.7941. **Ilustração** -Lane

Impressão: Laboratório do Papel. **Tiragem desta edição:** 75.000 exemplares.

ATAQUE DESLEAL

Reforma do Estado quer deixar o funcionalismo mais arrasado

Terrorismo com servidores

* PAULO CESAR DE SOUZA

O Servidor Público é antes de tudo um intranquilo. Vive sob permanente pressão de um noticiário de cunho alarmista que o impede de trabalhar com um mínimo de segurança e tranquilidade.

Por exemplo, quando ele mal começa a se acostumar em receber seu quase sempre minguado salário, no próprio mês de competência, sai uma determinação legal transferindo-o para 15 dias depois. Alegria e frustração quase simultâneas.

Não satisfeito, o governo o reelege como bode-expiatório das mazelas nacionais. E tome notícia ruim, tornando a vida do servidor um sobressalto constante. Todo mundo se sente suficientemente capaz de ditar regras sobre o que fazer e não fazer com o servidor público e, por extensão, com o serviço público.

Pior do que isso, autoridades da área, munidas do poder de pôr e dispor, têm se especializado em alarmar o pobre do servidor, acutilando-o com propostas mal enjambradas, descosidas e descosturadas, que servem apenas para preencher espaços sensacionalistas do noticiário quotidiano. E, sobretudo, aumentar o consumo de tranquilizantes pelo servidor...

Em nome de uma nebulosa reforma do Estado, fala-se em flexibilizar a estabilidade do servidor, admitir novos servidores por processo seletivo que não o concurso público, cassar o direito à livre associação sindical, tornar letra morta o direito de greve, acabar com a isonomia salarial, reduzir a aposentadoria para meros 70% da remuneração da ativa, etc, etc, etc. Tudo muito direcionado para apavorar o servidor, ativo e aposentado.

Há exatos cinco anos, ouvíamos e líamos coisas semelhantes. O ministro era outro, mas as propostas eram quase as mesmas, com diferenças apenas superficiais. Deu no que deu. Sucateamento de órgãos e programas, queda de produtividade, desmotivação, perplexidade do servidor/usuário, desestruturação organizacional, fuga dos servidores mais experientes, um quase-caos.

Infelizmente, muitos daqueles que verberavam o comportamento e as medidas daquele ex-ministro, agora passam a adotar e patrocinar suas propostas, esquecidos rapidamente do desmonte e destruição que provocaram. Amnésia?...

A reforma do Estado pode e deve ser entendida como um processo que tem como objetivo principal torná-lo eficiente e prestante, voltado para a realização ótima de suas funções básicas e essenciais, nas quais avulta a defesa dos interesses dos desprotegidos, desprovidos e marginalizados.

A grande reforma do Estado é o somatório de pequenas reformas, que exigem sobretudo decisão política, e não apenas uma nova parafernália constitucional/legal, de duvidosa eficácia.

O processo democrático nos ensina que toda reforma, por mais árdua e difícil, será mais consistente e exitosa na medida em que envolver toda sociedade em sua discussão, em cada um de seus múltiplos aspectos.

Discutir é decidir com maiores chances de sucesso. Vamos discutir, senhor Ministro.

*** Paulo Cesar de Souza é presidente da *Anasps***

As propostas de reforma constitucional da Previdência Social e da Administração Pública - esta última será encaminhada ao Congresso Nacional agora em agosto - trazem em seu bojo uma série de mudanças que atingem em cheio o servidor. A **Anasps** e outras entidades de servidores estão se mobilizando para evitar a aprovação dessas propostas ou, pelo menos, minimizar seus efeitos danosos.

A Assessoria Parlamentar da **Anasps** já vem estudando um conjunto de propostas alternativas às do Governo para defendê-lo junto aos parlamentares. Haverá também uma campanha nacional que será desencadeada quando as duas emendas - tanto a da Administração Pública, como a da Previdência Social - começarem a tramitar no Congresso Nacional.

Os estudos, procedidos por representantes da**Anasps**, estão bem adiantados, mas ainda há tempo suficiente para sugestões.

Abaixo, alguns pontos da proposta do Governo:

- Flexibilização da estabilidade do servidor, prevendo a possibilidade de demissão em determinadas circunstâncias; possibilidade do servidor ser colocado em disponibilidade remunerada, proporcional ao tempo de serviço; eliminação da garantia constitucional da isonomia salarial para atividades iguais ou assemelhadas; possibilidade de remanejamento do servidor federal para Estados e Municípios na hipótese de descentralização, para essas esferas de governo, de atividades hoje próprias do serviço público federal; desvinculação entre a remuneração do servidor ativo e do aposentado; aumento do tempo de contribuição e fixação de idade mínima para a aposentadoria do servidor.

PRIMEIRO LUGAR

A *Anasps* cresce em ritmo impressionante

Em apenas 30 dias - entre os meses de maio e junho últimos - a **Anasps** teve um acréscimo de mais 3.771 sócios em seu quadro, o que pode ser considerado uma vitória, em termos de filiação, para uma entidade classista no país.

Essa adesão maciça é fruto, principalmente, da credibilidade da entidade conquistada junto aos servidores da Previdência e do dedicado trabalho dos nossos representantes regionais, com apoio da diretoria executiva.

Por esta razão, a **Anasps** já é hoje a entidade associativa com maior número de sócios na Previdência Social o que, longe de nos tornar presunçosos, alerta-nos, sempre, para a responsabilidade que temos de corresponder aos justos anseios dessa grande massa de servidores. Ao lado, um quadro demonstrativo com o número de novos sócios por Estado que ingressaram na entidade de maio para junho:

Unidade Federativa	Quantidade	
	05/95	06/95
Acre	149	152
Alagoas	569	739
Amazonas	247	344
Bahia	1.115	1.229
Ceará	1.278	1.282
Distrito Federal	637	940
Espírito Santo	192	285
Goiás	577	675
Maranhão	677	724
Minas Gerais	3.470	3.866
Mato Grosso do Sul	179	243
Mato Grosso	170	299
Pará	442	547
Paraíba	74	89
Pernambuco	569	960
Piauí	272	336
Paraná	640	1.223
Rondônia	342	342
Rio de Janeiro	6.074	6.155
Rio Grande do Norte	635	806
Rio Grande do Sul	1.438	1.673
Santa Catarina	734	885
São Paulo	1.255	1.647
Sergipe	630	695
Total	**22.365**	**26.136**

Trabalho sério das Regionais está fortalecendo nossa entidade

Esta seção é destinada especialmente ao registro das atividades desenvolvidas pelas regionais da **Anasps**, que vêm trabalhando com grande afinco na construção de uma entidade digna dos previdenciários.

Nosso objetivo é incentivar uma saudável competição entre os Estados, o que na prática já vem ocorrendo, tendo em vista que apenas neste semestre aumentou em mais de sete mil seu quadro de associados.

Mas o êxito das regionais não reside apenas no aumento de novos filiados. Várias delas vêm desenvolvendo atividades e serviços para os sócios que cumpre registrar e elogiar. É o que pretendemos fazer neste espaço.

Assim, solicitamos aos nossos representantes que enviem informações a respeito das realizações da **Anasps** nos Estados e no Distrito Federal, a fim de que possamos publicar nesta seção.

Vales para refeição e transporte novamente estão na pauta de reivindicação

A diretoria da **Anasps** já reiterou junto ao Ministério da Administração a necessidade imediata de correção dos valores do vale-refeição, congelados há cerca de um ano e, hoje, incapaz de permitir uma refeição digna para os servidores. Apesar das resistências que tem encontrado, a Diretoria da entidade também vem reivindicando com insistência para que seja estendida a indenização de transporte a outras categorias de servidores com atividades externas ao órgão.

É NOSSO

Anasps já tem treze ações na Justiça para garantir direito dos associados

Os advogados da **Anasps**, Drs. Antônio Torreão Braz Filho e Lúcio Gaião Torreão Braz entraram com mais quatro ações na justiça defendo o interesse de nossos associados, além daquelas que já estão sendo apreciadas. Todas querem garantir os direitos dos previdenciários que foram desconsiderados pelo Governo. O quadro ao lado mostra o estágio das oito ações que já estão tramitando na Justiça Federal em Brasília.

Andamento dos processos

Proc. nº	Local	Autuado	Assunto	Impetrantes	Estágio atual
94.5494-7 Anasps	4ª Vara -JF Brasília-DF	20/04/94	*Incorporação do PCC para cálculo das vantagens pessoais e sua manutenção	Todos os associados	O processo será julgado em grau de recurso pelo Tribunal Regional da 1o Região
94.5495 -5 Anasps	4 ª Vara-JF Brasília-DF	20/04/94	*Isonomia com militares. Reajuste de 28,86%	Todos os associados	Apelação da sentença Processo em fase de recurso
94.5496-3 Anasps	5ª Vara-JF Brasília-DF	20/04/94	Pagamento da diferença da URP referente ao mês de fev/89 (26,05%)	Todos os associados	Autos com juiz para proferir sentença
95.114-4 Anasps	9ª Vara-JF Brasília-DF		Exclusão do 13° salário do teto de remuneração e pagamento mínimo de 50%	Todos os associados	Aguardando parecer do Ministério Público
95.542-5 Anasps	7ª Vara-JF Brasília-DF	17/01/95	*Suspensão do pagamento de 12% relativos à contribuição previdenciária	Todos os associados	Aguardando parecer do Ministério Público
95.5-9 Anasps/ Anprev/ Anfip	2a Vara -JF Brasília - DF	02/01/95	Exclusão das parcelas relativas às férias do teto de remuneração	Todos os associados	Apelação da sentença
95.1886-1 Anasps/ Anprev/ Anfip	14a vara - JF Brasília-DF	23/02/95	Pagamento do reajuste dos Quintos incorporados pelos servidores face as MP 831 e 892	Todos os associados até 01/03/95	Concluso para sentença
95.2815-8 Anasps/ Anprev	8a Vara -JF Brasília - DF	13/03/95	**Pagamento do reajuste do Plano Collor aos depósitos nas contas do FGTS	Associados e ex-celetistas	Aguardando citação da Caixa Econômica Federal

* Ingresso dessas ações para os novos associados
**Nesta ação não haverá cobrança de honorários advocatícios (FGTS)

A partir de 10 de julho estaremos entrando com as seguintes ações que, juntamente com as existentes, perfazem um total de 13 (treze):

1 - **Lei 8.460, pleiteando a diferença do reenquadramento;**
2 - **Anuênio para os servidores que eram celetistas (Lei 8.112);**
3 - **Ascensão funcional;**
4 - **Proporcionalidade entre FGs; DAS 1, 2 e 3(Com DAS 4, 5 e 6) - Isonomia;**
5 - **Ação dos Quintos para novos associados.**

Representatividade não se ganha, se conquista

*Nos últimos meses a diretoria da **Anasps** vem desenvolvendo um intenso trabalho junto a diversos órgãos com o objetivo de defender os servidores previdenciários. Além disso, tem estado permanentemente no Congresso Nacional, através de sua assessoria parlamentar, buscando acompanhar a tramitação de projetos de interesse da categoria.*

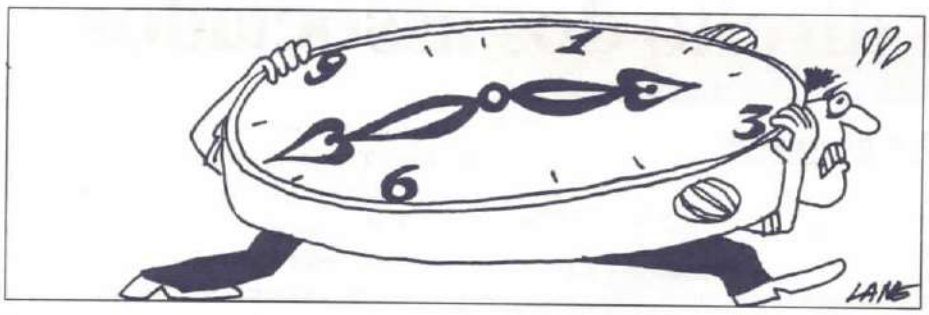
Recentemente a diretoria também manteve encontros com o presidente do INSS, Crésio Rolim de Matos, tratando de diversos assuntos de interesse dos associados, notadamente em relação ao reajuste dos valores dos vales de alimentação e transporte, ao restabelecimento do Adiantamento Pecuniário (PCCS), à manutenção da jornada diária de trabalho de seis horas, à extensão da indenização de transportes a outras categorias funcionais do Instituto, à valorização do servidor previdenciário.

Também foram realizados encontros, tratando de assuntos específicos, com o chefe de gabinete do Ministério da Previdência, Dr. João José Cândido, e com o Diretor-Adjunto da Organização Internacional do Trabalho - OIT no Brasil, Dr. Cristiam Ramos Veloz.

*A **Anasps** é hoje uma respeitada e acatada entidade representativa, o que permite que ela seja recebida em qualquer lugar, por qualquer autoridade, onde o interesse de seus associados estiver em causa.*

BRESSER ATACA

Ministro quer acabar com horário corrido



Tão logo a imprensa nacional passou a divulgar a notícia de que o Ministério da Administração e da Reforma do Estado estava estudando o estabelecimento da jornada de trabalho para os servidores em 40 horas semanais, a **Anasps** começou a atuar para evitar que mais essa violência seja perpetrada contra os funcionários.

Através de um **fax** foi encaminhado ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro da Administração, Bresser Pereira, a posição da entidade contra tal medida. A **Anasps** alertou que, caso fosse adotada a jornada única, o serviço público, especialmente aquele ligado a área social, correria grave risco e teria seus problemas agravados, pois segmentos expressivos de servidores que prestam assistência ao público poderiam chegar rapidamente à estafa, o que comprometeria enormemente sua saúde e a própria produtividade.

Apesar do açodamento com que o Ministério da Administração faz divulgar propostas desse tipo, há informações que a idéia de mudar a carga horária dos servidores não conta com muito entusiasmo no Palácio do Planalto. De qualquer forma estamos atentos aos acontecimentos.

Entre em contato com os nossos representantes nos Estados:

* **Acre** - Francisca Jaidete Viana de Carvalho
Fone: 068 224 2590 - Fax: 068 224.2341
* **Alagoas** - Martha Betânia Costa Pereira
Fone: 082 216.4122 - Fax: 082 216.4146
* **Amazonas** - José Gonçalves Campos
Fone: 092 238 8527 - Fax: 092 656 1313
* **Bahia** - José Júlio Martins de Queiroz
Fone: 071 320 4692 - Fax : 071 243 5719
* **Ceará** - Joaquim José de Carvalho
Telefone e fax: 085 221.5638
* **Distrito Federal** - Elienai Ramos Coelho
Telefone 061 321-5651
* **Espírito Santo** - Verônica Pereira Gonçalves
Fone: 027 321 2139 - Fax: 027 321 2240
* **Goiás** - Maria Dilma de Alencar Lima
Fone: 062 291 1676 - Fax: 062 233.6715
* **Maranhão** - Benilson Gonçalves Barbosa
Fone: 098 222 6369 - Fax: 098 222.8043
* **Mato Grosso** - Carmen Fernandez de Oliveira
Fone: 065 316 4207 - Fax: 065 316.4213
* **Mato Grosso do Sul** - Leonardo Freire Tomaz
Fone: 067 384.4505 ramal 36 - Fax: 067 721.3329
* **Minas Gerais** - Alexandre Alves Gomes e Miguel de Brito Guimarães Filho
Telefax: 031 226.8085
* **Pará** - Hilton Silva de A. Costa Júnior
Fone: 091 241.6255 r. 5478 - Fax: 091 226.3223
* **Paraíba** - Lenira Costa
Fone: 083 241 1172
Fax: 083 222 1623
* **Paraná** - Mara Regina Sfier
Fone: 041 223 0085 - Fax: 041 224.8231
* **Pernambuco** - Gilberto Galhardo Pessoa de Vasconcelos
Fone: 081 224 3966 - Fax: 081 224.9790
* **Piauí** - Euzuila da Silva Ferreira e José Hailton Leopoldo Feitosa
Fone: 086 223.1128/214.1920 - Fax: 086 221.7470/215.3045
* **Rio de Janeiro** - Alexandre Barreto Lisboa
Fone: 021 222 5757 - Fax: 021 2310178
* **Rio Grande do Norte** - Maria Leide Câmara de Oliveira
Fone: 084 231.9628 e 211 5550 ramal 2216 - Fax: 084 231.2606
* **Rio Grande do Sul** - Sérgio Drebes
Fone: 051 473.1633 - Fax: 051 473.1154
* **Rondônia** - Nilson Azevedo Rodrigues
Fone: 069 224 3570 r. 210 - Fax: 069 223.2431
* **Santa Catarina** - José Jaime Alves Ferraz
Fone: 048 229 3212 e 223 6813 - Fax.: 048 229 3211
* **São Paulo** - Mário Sérgio Gomes
Fone: 011 225 1203 - Fax: 011 228.8262
* **Sergipe** - Clarice Guerreiro Araújo
Fone: 079 224 2110 e 211 1200 r. 4107 - Fax: 079 222.3449
* **Tocantins** - Maria de Jesus Alves Dias
Fone: 063 821 4291 - Fax: 063 821.1465

VAMOS INSISTIR

Adiantamento Pecuniário (PCCS) poderá ser restabelecido em breve

Conforme temos informado em edições anteriores, a **Anasps**, em conjunto com outras entidades, vem pleiteando administrativamente o restabelecimento da concessão do adiantamento pecuniário.

Apesar do empenho da diretoria e do apoio de determinadas autoridades do INSS, o assunto não foi adiante. Com a nomeação do atual presidente do INSS, Dr. Crésio de Matos Rolim, nossa Diretoria solicitou logo nos primeiros dias a retomada do processo administrativo relativo ao assunto, tanto pessoalmente, em audiência, como através do ofício nº 21/95, de 20 de abril passado.

O presidente do INSS, ratificando aquilo que informou a diretoria em audiência, divulgou em diversos Estados que o pagamento dos atrasados do Adiantamento Pecuniário, por decisão administrativa, será feito em até 8 parcelas, após a devida discussão com as entidades de classe.

A incorporação das vantagens no vencimento dos servidores ativos e aposentados poderá ocorrerdentro de 90 dias. O processo administrativo que originou essa decisão e que teve pareceres favoráveis da Diretoria de Recursos Humanos e da Procuradoria Geral do INSS foi da iniciativa da**Anasps**/ Anpprev/ Anfip/Fenafisp.

Crésio diz que servidor é um patrimônio do INSS

*O presidente do INSS, Crésio Rolim de Matos, enviou correspondência à **Anasps**, em que afirma seu reconhecimento pelo trabalho dos servidores do órgão. Abaixo transcrevemos alguns trechos da carta:*

"Tenho plena convicção de que o principal patrimônio que qualquer entidade possui é o ser humano, em nosso caso, o corpo de servidores da Previdência Social, já que, sem ele, não é possível a consecução dos objetivos da instituição.

Não me passam desapercebidas as dificuldades enfrentadas por todo o funcionalismo, principalmente no que diz respeito as condições de trabalho. Procuraremos senão acabá-las, atenuá-las bastante.

Saúdo todos os servidores, na esperança de que juntos iremos caminhar rumo à qualidade total, que significa não só a redução dos custos, mas sobretudo a melhoria do atendimento à clientela previdenciária, razão maior de nossa existência."

CARTAS

Bresser não engana

Senhor Editor,

Gostei da forma clara e inteligente como o **Jornal Anasps**-março/abril 95 se manifestou através do editorial - Opinião - quanto às maluquices e maldade ditas e praticadas pelo ministro Bresser Pereira.

Aliás este Sr., além de figura caricata - já deixou patente sua incapacidade para o exercício de tão elevado cargo quando ministro do Governo Sarney.

Foram tantas as bobagens e inconseqüências que o presidente Sarney não agüentou.

Isso sem falar no calote sofrido pelos servidores públicos devido ao seu desastrado plano econômico.

Entre as muitas asneiras manifestadas, na época, vale lembrar aquele gráfico ridículo sobre preços e salários que chegou a ser motivo de gozação até no programa do Jô Soares.

Gilberto Cavalcanti Brito
Fiscal aposentado do INSS
- Belo Horizonte

VITÓRIA

Atenção permanente de nossos advogados obriga governo pagar quintos a associados

Conforme é do conhecimento dos associados, a Medida Provisória 831/95 transformou os quintos em vantagem pessoal, sujeita apenas aos aumentos gerais dos servidores, bem como os DAS e FG dos aposentados.

Em decorrência, qualquer aumento concedido aos DAS e FG não seriam repassados aos quintos já incorporados, tantos dos servidores ativos como dos aposentados. Ou seja, o reajuste concedido pelo Governo Federal às FG e DAS (especialmente os DAS-4, 5 e 6), logo após a edição da MP 831/95, não seriam repassados aos quintos anteriormente incorporados.

Diante disso, visando defender o interesse de seus associados atingidos pela medida, a **Anasps**, de imediato, ingressou em Juízo com Mandado de Segurança Preventivo, pleiteando a correção dos valores dos quintos toda vez que ocorrer o reajuste dos DAS e FG. A Liminar foi prontamente concedida pelo Juiz Federal da 4a. Vara de Brasília e rapidamente cumprida pelos órgãos de Recursos Humanos do INSS.

Assim, os associados da **Anasps**, detentores de quintos, tiveram sua situação regularizada em Maio(ativos) e junho(aposentados). Mas, não ficamos apenas nessa providência. A **Anasps** mobilizou-se junto ao Relator da Medida Provisória 831/95 (hoje reeditada sob o No. 1019/95), visando um entendimento entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo, consentâneo com a tese da **Anasps**, vencedora na Justiça, capaz de promover a mudança definitiva no texto da MP, garantindo-se aos quintos incorporados todo e qualquer reajuste dos valores dos DAS e FG. Há grandes chances de concretização desse acordo.

GEAP altera o seu teto de contribuição

A partir deste mês, a contribuição mensal de 3% do servidor para a GEAP, na cobertura do núcleo familiar básico, terá como teto R$ 120,00. Igualmente, a contribuição mensal para cada dependente opcional avulso - pai e mãe sem dependência econômica do servidor - terá como teto o mesmo valor.

Em 25 de maio passado, a diretoria da **Anasps**, por intermédio do ofício nº 33, solicitou que essas providências fossem tomadas. Continuamos atentos às reclamações oriundas de todo o Brasil quanto à qualidade do atendimento, à escassez de contratados e outras.

Informamos, também, que o Dr. João José Cândido, do Ministério da Previdência e Assistência Social, assumiu a presidência do Conselho de Administração da GEAP. O Dr. Ricardo Akel foi eleito para o cargo de diretor executivo da entidade. A eleição do representante dos servidores do INSS junto ao Conselho de Administração da GEAP ocorrerá no próximo dia 18 de agosto. **Participe!**

Inscrição aberta para Talento 95

Com o apoio da **Anasps** e outras entidades, o Ministério da Previdência Social está promovendo o concurso Talento 95. O objetivo é estimular a expressão artística e a criatividade dos servidores ativos e aposentados da Previdência Social, além de promover sua valorização. Poderão ser inscritos trabalhos nas áreas de pintura, gravura, escultura, fotografia, desenho e artesanato. As inscrições estarão abertas entre os dias 1 e 25 de agosto. Mais informações sobre o regulamento do concurso podem ser obtidas nas assessorias e núcleos de comunicação social das superintendências estaduais do INSS e nas superintendências regionais da Dataprev.